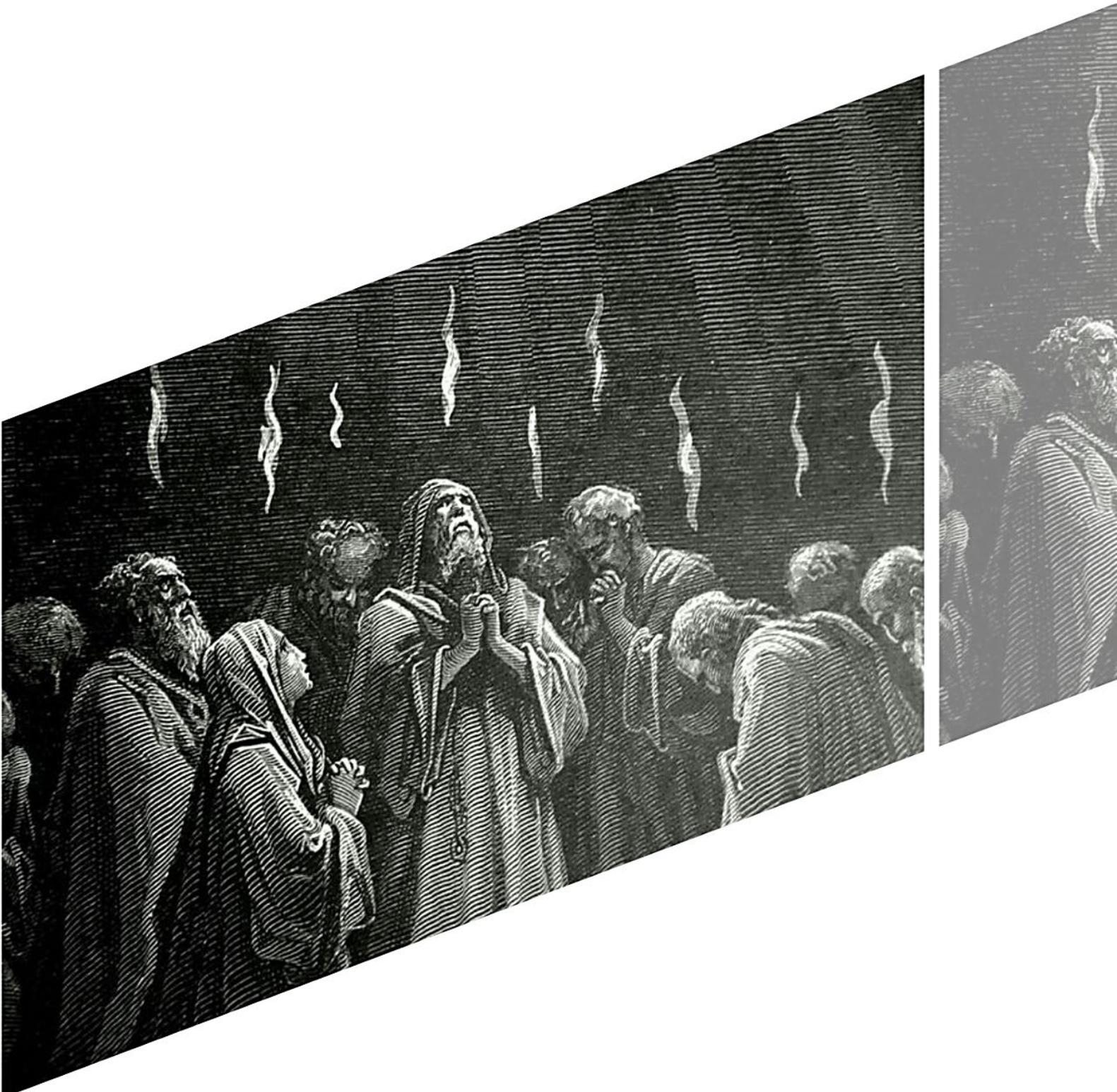


VOX FAIFAE

REVISTA DE TEOLOGIA DA FACULDADE FASSEB



A NECESSIDADE DA INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA NAS LÍNGUAS ORIGINAIS: POR UM RETORNO ÀS FONTES

Lázara Divina Coelho*

Luiz Carlos e Silva*

Alexandre Pereira Neves Filho*

Marcos Aurélio da Silva*

RESUMO

O artigo lida com a interpretação bíblica e sua relação com as línguas originais da Bíblia (hebraica, aramaica e grega). Defende, com base no pensamento de Erasmo de Rotterdam, o caráter fundamental da pesquisa nas línguas originais da Bíblia como necessidade primária à compreensão de seus textos. Faz uma breve apresentação dessas línguas com atenção para seu caráter dinâmico, litúrgico e condutor sociocultural das tradições e da doutrina da religião cristã. Apresenta três razões para a interpretação da Bíblia diretamente nessas línguas: a defesa da integridade do texto, a importância de uma tradução textual feita pelo próprio intérprete e a necessidade de uma interpretação gramático-semântica fiel aos originais para uma homilética fiel às Escrituras Sagradas. Encerra com um chamamento ao retorno da interpretação às línguas originais da Bíblia (*ad fontes*).

Palavras-chave: Línguas originais da Bíblia. Interpretação bíblica. *Ad fontes*.

ABSTRACT

The article deals with biblical interpretation and its relationship with the original languages of the Bible (Hebrew, Aramaic and Greek). It defends, based on the thoughts of Erasmus of Rotterdam, the fundamental nature of research into the original languages of the Bible as a primary necessity for understanding its texts. It makes a brief presentation of these languages, paying attention to their dynamic, liturgical character and sociocultural conductor of the traditions and doctrine of the Christian religion. It presents three reasons for interpreting the Bible directly in these languages: the defense of the integrity of the text, the importance of a textual translation made by the interpreter himself and the need for a grammatical-semantic interpretation faithful to the originals for a homiletic faithful to the Holy Scriptures. It ends with a call to return interpretation to the original languages of the Bible (*ad fontes*).

Keywords: Original languages of the Bible. Biblical interpretation. *Ad fontes*.

*Comunicadora social, teóloga, especialista em educação a distância e docência universitária, mestre em Teologia, e mestre e doutora em Ciências da Religião. E-mail: lazaracoelho@gmail.com.

*Engenheiro civil, teologando e evangelista de igreja Assembleia de Deus. E-mail: luizsilva777333@gmail.com.

*Teologando e pastor da igreja Assembleia de Deus. E-mail: Alexandrepereiranevesfilho@gmail.com.

*Empresário, teologando e pastor da igreja Assembleia de Deus. E-mail: Maqui.costur@gmail.com.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A interpretação da Bíblia, na busca pelo sentido do texto, tem sido um desafio ao longo da história cristã. A razão de ser disso é que tanto professores e estudantes de Teologia quanto teólogos profissionais e pregadores da Bíblia têm, como seu alvo, a identificação desse sentido para assimilá-lo, ensiná-lo e pregá-lo.

Em linhas gerais, a interpretação bíblica examina a autorrevelação de Deus como se apresenta nas páginas da Bíblia, desde a qual considera o pano de fundo histórico do registrado (história do texto e história no texto) e, então, ocupa-se do texto escrito na língua fonte (língua original) desse registro em sua dimensão gramático-semântica (COELHO, 2021).

O ponto de partida da interpretação gramatical encontra-se na mais elementar das causas: o intérprete bíblico, seja ele um teólogo acadêmico ou ministerial¹⁸, quando no exame da autorrevelação divina em busca do sentido autoral de uma determinada passagem do texto sagrado, depende do conhecimento das línguas originais da Bíblia para empreender sua atividade.

Esse entendimento é amparado desde o pensamento do teólogo e escritor humanista Erasmus de Rotterdam (1466-1536) que, já no século XVI, ressaltava o caráter fundamental da pesquisa nos manuscritos antigos como necessidade primária para a compreensão de textos produzidos num passado distante, entre eles o texto bíblico, fazendo ecoar o moto renascentista: *ad fontes!* Isso incluía, especialmente, o retorno às fontes originais do Cristianismo: a Bíblia e os Pais (NEEDHAM, 2017; PINTO, 2022).

O retorno ao texto original da Bíblia, naquele momento, ao grego do Novo Testamento, foi a ponte pela qual muitos estudantes foram levados do Renascimento para a Reforma. Isso se expressa nas duas primeiras teses apresentadas no documento “As 95 Teses de Martinho Lutero” (1517), nas quais ele apela à palavra grega *metanoēō*, “arrepender” que, na Vulgata Latina fora traduzida por *poenitentiam agite*, “fazer penitência”, entendida até então como o sacramento da penitência; assim, retornado à fonte grega, o reformador defende

¹⁸ No capítulo “Nem todas as teologias são iguais”, Grenz e Olson (2006, p. 26ss) distinguem várias dimensões da teologia que qualificam seus autores como teólogos em horizontes diversos: popular, leigo, ministerial, profissional, acadêmico e outros.

a tese segundo a qual Jesus Cristo quis dizer, em Mateus 4.17, que toda a vida dos crentes deve ser uma vida de arrependimento, não uma penitência sacramental, isto é, não uma mera atividade de confissão e satisfação como aquela administrada pelos sacerdotes (NEEDHAM, 2017).

Ainda, quando hoje se considera uma possível imprecisão bíblico-teológica, tal como a denúncia de Lutero em suas teses, ser transposta para a literatura acadêmica e teológica em geral e, conseqüentemente, para o púlpito das igrejas em todas as suas dimensões (edificação e evangelização interna e/ou externa, cultural e/ou transcultural) e espaços (físico, digital etc.), a preocupação torna-se ponto de atenção em contínua expansão. Os exemplos pululam por aí, como será demonstrado abaixo.

Isso chama a atenção para a exigência hermenêutica de conhecimento da gramática e da semântica das línguas originais da Bíblia. Desse lado da questão, a exigência é baseada nos perigos do desconhecimento acima apontados; de outro, positivamente, é uma resposta ao problema: o conhecimento gramatical (gramático-semântico) das línguas originais pode lançar mais luz sobre as Escrituras, e o faz sem alterar seu sentido e, mais que isso, pode ajudar na correção de interpretações que se afastam do significado original (AQUINO, 2012).

O desenvolvimento do tema apresenta-se em dois blocos: no primeiro, uma breve apresentação das origens e usos das línguas originais da Bíblia, no objetivo de demonstrar que, assim como todas as línguas vivas, as bíblicas têm seu próprio gênio; e, no segundo, a apresentação de razões funcionais para a interpretação de passagens bíblicas nas línguas originais, no objetivo de demonstrar que isso evita erros grosseiros como aqueles que podem tornar a mensagem bíblica cada vez mais imprecisa.

2. ORIGENS E USOS DAS LÍNGUAS ORIGINAIS DA BÍBLIA

Quando se fala em línguas originais da Bíblia, fala-se em língua como *idioma*, “idioma”, “propriedade particular, característica própria”, isto é, algo que reflete os traços peculiares de uma comunidade (BAILLY, 2000, p. 958); de outro lado, fala-se em três línguas da antiguidade nas quais o livro sagrado foi escrito. Duas são majoritárias nos respectivos testamentos (hebraico, no Antigo e grego,

no Novo Testamento) e uma aparece esporadicamente (aramaico¹⁹, no Antigo Testamento).

As línguas bíblicas, como quaisquer outras, têm seu berço nas famílias linguísticas cuja origem é uma raiz comum, “a língua mãe de todas as línguas do mundo.” A hebraica²⁰ e a aramaica²¹ originam-se na família semítica e a grega²², na família indo-europeia; a hebraica “é uma língua semítica²³ norte-ocidental²⁴, [...] surgida na Palestina, entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo, durante a segunda metade do segundo milênio a.C.” (FRANCISCO, 2010, p. 167; WALLACE, 2009).

Essa língua é datada a partir dos séculos XIII-X a. C., período histórico da língua classificado como hebraico arcaico; a este se seguiram os períodos pré-exílico ou hebraico clássico (séc. X-VI a. C.) e pós-exílico ou hebraico tardio (séc. VI-II a. C.), além de outros²⁵; juntos, estes três períodos são considerados aqueles em que houve o “desenvolvimento do hebraico bíblico, fato que percebe-se [*sic*] ao longo da composição dos próprios livros da Bíblia Hebraica.” (FRANCISCO, 2010, p. 166; RABIN, *s./d.*; SÁENZ-BADILLOS, 1996).

A Bíblia Hebraica foi composta entre os séculos XII e II a. C.²⁶, e seus livros trazem o reflexo de alguns estágios da evolução da língua hebraica durante o

¹⁹ O aramaico aparece em porções, no Antigo Testamento e em palavras, no Novo.

²⁰ No texto bíblico do Antigo Testamento, o idioma dos israelitas é denominado “língua de Canaã” (Is 19.18) e “judaico” (2 Rs 18.26, 28; 2 Cr 32.18; Ne 13.24; Is 36.11, 13).

²¹ No texto bíblico do Antigo Testamento, o aramaico, chamado anteriormente caldaico ou caldeu, é uma tradução da palavra *Ara-mith* que, por sua vez, ocorre cinco vezes no Antigo Testamento e é traduzida uma vez por “em aramaico”, “na língua aramaica” ou “ao idioma aramaico”, em Daniel (2.4), uma vez “em sírio” ou “síriaco” em 2 Reis (18.26) e em Isaías (36.11), e duas vezes “em sírio” ou “síriaco” em Esdras (4.7).

²² No texto bíblico do Novo Testamento há um versículo que traz a palavra “grego” referindo-se ao idioma falado na região (Lc 23.38).

²³ A nomenclatura “língua semítica” vem sendo usada desde 1781, designa cada uma das línguas surgidas na região do Oriente Médio no segundo milênio antes de Cristo e tem relação com o personagem Sem, filho de Noé (cf. Gn 10.21-31), entendido como o ancestral dos povos de origem semita. São 18 línguas, que constituem a chamada “família semítica”, das quais algumas desapareceram há tempos e outras, como o hebraico e o aramaico, continuam sendo faladas por pequenas populações do Oriente Médio (FRANCISCO, 2010, p. 165).

²⁴ Os estudiosos classificam as línguas semíticas em três grandes grupos: grupo nordeste (norte-oriental), com três línguas; grupo noroeste (norte-ocidental), com doze; e grupo meridional, com três línguas. É no grupo norte-ocidental que se encontram as línguas utilizadas para escrever o Antigo Testamento, a hebraica e a aramaica (FRANCISCO, 2010, p. 165).

²⁵ Os demais períodos históricos da língua hebraica são: século II a. C.-II d. C.: Hebraico de Hirbet Qumran; século II-X d. C.: Hebraico rabínico ou hebraico talmúdico ou mesmo neo-hebraico; século X-XV: Hebraico medieval; século XVI-XXI: Hebraico moderno ou hebraico israelense (FRANCISCO, 2010, p. 166).

²⁶ O final do período de formação do Antigo Testamento tem sido defendido entre o II e o V século a. C.

período bíblico. Francisco (2010, p. 166-167, ênfase do autor) traz, desde Sáenz-Badillos (1996) e Rabin (s./d.), um quadro representativo de livros e trechos veterotestamentários escritos em cada estágio da evolução da língua:

Hebraico arcaico: Gênesis 49, Êxodo 15, Números 23 e 24, Deuteronômio 32 e 33, Juízes 5, Salmo 68 etc.

Hebraico pré-exílico ou hebraico clássico: o Pentateuco, Josué, Juízes, 1Samuel e 2Samuel, 1Reis e 2Reis, Isaías, Jeremias, Ezequiel, Amós, Oséias, Miquéias etc.

Hebraico pós-exílico ou hebraico tardio: Esdras, Neemias, 1Crônicas e 2Crônicas, Ester, Rute, Lamentações, Eclesiastes, Daniel, Cântico dos Cânticos, Joel, Obadias, Ageu, Zacarias, Provérbios etc.²⁷

A aramaica, também da família semítica (norte-ocidental), surgiu no Oriente Médio em meados do século X a. C., e vem de Aram, nome do quinto filho de Sem, o primogênito de Noé (Gn 10.21). Por volta dos séculos VIII ou VII a. C., tornara-se a língua mais amplamente falada²⁸ no antigo Oriente Médio, sendo considerada a interlíngua de toda a região e, no século VI, acabou tornando-se o idioma oficial do Império Persa (550-530 a. C.). Na medida em que a influência da língua se espalhava com o avanço daquele Império, a escrita imperial aramaica foi se tornando a principal escrita a ponto de sobreviver ao colapso do próprio Império Persa (FISCHER, 2009).

No caso dos hebreus no período do exílio persa (539-332 a. C.), sabe-se que era a língua de contato e comércio na província de Judá. Essa língua, aos poucos, foi tomando o lugar da hebraica na vida diária do povo a tal modo que justifica o fato de alguns trechos mais recentes do Antigo Testamento terem sido escritos em aramaico, a saber, Jeremias (10.11), Daniel (2.4-7.28) e Esdras (4.8-6.18 e 7.12-26). E, a partir do “cativeiro babilônico” (597-539 a. C.), o povo judeu substituiu paulatinamente o idioma hebraico pelo aramaico²⁹ (FISCHER, 2009; FISCHER, 2013; HAYES, 1990).

²⁷ Outras produções literárias, como o Rolo do Templo, a literatura tanaítica, comentários rabínicos como o de Rashi bem como a literatura rabínica de Elias Levita, entre outros, são contempladas no artigo de Francisco (2010, p. 166-167).

²⁸ Em artigo publicado por Francisco (2010), com base em dados da *Nova Enciclopédia Ilustrada Folha* (v.2, 1996, p. 877), está registrado que o aramaico é uma língua falada por cerca de 300 mil pessoas.

²⁹ A hebraica ressurgiu desde o século XVI d. C., e como língua falada desde o século XIX d. C.; é usada por mais de 5 milhões de pessoas no atual Estado de Israel (FRANCISCO, 2010, p. 166).

No período do Novo Testamento, a aramaica estava tão presente na cultura judaica que essa língua era, comum e intercambiavelmente, chamada de língua dos judeus ou dos hebreus, judaica ou hebraica (Jo 5.2; 19.13, 17, 20; At 21.40; 22.2; 26.14; Ap 9.1). Além disso, há palavras e expressões escritas diretamente em aramaico, que podem ser consideradas à luz dos respectivos léxicos e gramáticas pelo intérprete bíblico³⁰. A presença de palavras hebraicas, aramaicas e até latinas no texto sagrado é considerada um fenômeno linguístico que, respectivamente, denomina-se hebraísmo, aramaísmo e latinismo³¹; o hebraísmo e o aramaísmo estão presentes no Antigo e no Novo Testamento; e o latinismo, no Novo Testamento grego (OLIVEIRA, *s./d.*).

A língua grega tem sua origem na família indo-europeia³², ou proto-indo-europeia, de onde vieram também o latim, as línguas neolatinas e neogermânicas etc. Contudo, a falta de literatura remanescente do período de formação da língua (3000-1000 a. C.) impossibilita um melhor detalhamento de sua constituição (WALLACE, 2009, p. 14).

Wallace (2009) traz um quadro representativo dos cinco períodos históricos pelos quais passou essa língua em seu desenvolvimento,³³ acentuando que só o terceiro deles (o período koiné) tem relação direta com a escrita do Novo Testamento. Antes de tudo, o grego desse período (koiné) nasceu das conquistas de Alexandre o Grande, em duas situações: de um lado, resultou do contato entre as tropas de Alexandre cuja origem era de todas as regiões da Grécia, promovendo uma influência linguística nivelada; de outro, do contato dessas

³⁰ Ver os livros de Mateus (27.46), Marcos (5.22; 5.41; 7.34; 11.9; 14.36; 15.34), João (20.16), Atos (9.36), Romanos (8.15), Gálatas (4.6) e I Coríntios (16.22).

³¹ Resultante da presença dos hebreus/judeus em domínios estrangeiros, por meio especialmente do exílio, há trechos em aramaico no Antigo Testamento, sobretudo, em Gênesis (31.47), Esdras (4.8-6.18; 7.12-26), Daniel (2.4-7.28) e Jeremias (10.11); de igual forma, essa influência linguística estendeu-se para os séculos posteriores a tal ponto que no primeiro século da era cristã são encontrados estrangeirismos aramaicos na koiné neotestamentária, tais como, em Mateus (27.40), Marcos (5.22, 5.41; 7.34; 11.9; 14.36; 15.34), João (20.16), Romanos (8.15) e 1 Coríntios (16.22). Nos tempos do Novo Testamento, a “integração sócio-linguística-cultural” que já vinha do período anterior foi expandida de forma que nessa parte da Bíblia são encontradas palavras e expressões que são estudadas, especialmente, como hebraísmo, aramaísmo e latinismo na Bíblia (OLIVEIRA, *s./d.*, p. 169).

³² A essa família pertencem, além do grego, outras grandes línguas culturais, tais como o grego, o latim, as línguas neolatinas, as línguas germânicas etc. (WALLACE, 2009, p. 14).

³³ O desenvolvimento dessa língua é identificado em cinco períodos históricos: Pré-Homérico (das origens até 1000 a. C.); Era dos Dialeto ou Período Clássico (1000-330 a.C.); Grego Koiné (330 a. C.-330 d. C.); Grego Bizantino ou Medieval (330-1453 d. C.); e Grego Moderno (1453 ao presente) (WALLACE, 2009, p. 15-17). Rega e Bergmann (2004) trazem quadro semelhante.

tropas com os povos conquistados, então helenizados³⁴, fazendo surgir um grego miscigenado e dando à língua grega o *status* de idioma universal caracterizado como helênico (grego) e koinê (comum).

O Novo Testamento foi composto dentro do período cronológico em que se deu este processo, especificamente entre as décadas de 45-48 e 100 do século I, e seus livros refletem o estágio linguístico do idioma grego koiné como a língua oficial de todo o Império Romano. Portanto, esse grego é a língua usada pelos autores do Novo Testamento para comunicar sua mensagem, qual seja, a mensagem do Messias que por seu mundo passara³⁵ (BRUCE, 1998; WALLACE, 2009).

Enfim, como quaisquer línguas vivas, as bíblicas se desenvolveram e se modificaram ao longo do tempo como idiomas falados e escritos do povo hebreu/judeu e grego, respectivamente. Isso é identificado na morfologia, fonologia e vocabulário de cada uma³⁶, e registrado em sua classificação por estágios de desenvolvimento. Na formação da Bíblia, essa atualização ocorre como segue: na hebraica, o texto bíblico desenvolveu-se em três estágios (arcaico, clássico e tardio) e, na grega, em apenas um (*koiné*) (SOUZA, 2008).

Acrescenta-se que as línguas bíblicas refletem os traços peculiares de suas respectivas comunidades (BAILLY, 2000), são “multisseculares da transmissão das tradições e da doutrina religiosas” e constituem as línguas litúrgicas do Judaísmo e do Cristianismo (HORTA, 1988, p. 81-83). Por ser assim, há um sentido especial em se identificar seu lugar na compreensão precisa das Escrituras: o culto a Deus é prestado a partir de verdades divinas trazidas nas Escrituras por meio da língua, isto é, pelo idioma adotado pelo autor bíblico. Logo, a precisão bíblico-teológica importa ao teólogo, seja ele acadêmico ou ministerial.

³⁴ Os povos dominados eram considerados helenizados, ou seja, povos que, a partir de sua própria conquista, assimilavam e assumiam a cultura milenar grega (no sentido mais amplo), tornando-a a sua cultura (LEVINE, 1999, p. 16-17).

³⁵ Pode-se dizer que o grego koiné transporta, também, o Antigo Testamento. Por volta de 250 a. C., o Antigo Testamento em hebraico foi traduzido para o grego, nascendo assim a *Septuaginta* (LXX). Trata-se de uma versão feita diretamente do hebraico para o idioma helênico, que reflete o contexto sociocultural no qual viviam os hebreus em meio à política expansionista do Império Macedônico. Vale acrescentar que, nos primórdios do Cristianismo, foi a LXX a Escritura Sagrada utilizada pelos apóstolos e discípulos, e pelo próprio Jesus (OLIVEIRA, 2020, p. 92; REGA; BERGMANN, 2004, p. 7-8).

³⁶ Souza (2008, p. 6) especifica: “Através dos séculos, sua morfologia, sua fonologia e seu vocabulário sofreram modificações, podendo ser percebidos através de muitos documentos antigos e modernos.”

3. RAZÕES FUNCIONAIS PARA O CONHECIMENTO DAS LÍNGUAS ORIGINAIS DA BÍBLIA

A precisão bíblico-teológica, ou fidelidade à Palavra de Deus em todos os pontos de seu manejo (interpretação e pregação), é o qualificativo que representa o fim de todo o labor de teólogos acadêmicos e ministeriais, em quaisquer horizontes em que se encontrem; é a busca incessante de cada um quando lança mão de métodos de interpretação e seus recursos ou regras visando, sempre, encontrar a mensagem do texto.

Porém, nem sempre isso é possível, pois há razões pontuais que tornam essa precisão um objetivo distante e difícil de ser alcançado. Dentre elas podem ser listadas razões relacionadas ao registro do texto bíblico bem como à sua tradução e pregação. Diante disso, a questão que se levanta é: o conhecimento das línguas bíblicas poderia responder ao colocado acima? A tese defendida neste artigo é que, exceptuando-se fatores correlacionados que fogem ao tema do artigo, sim.

3.1 OS PROBLEMAS DO REGISTRO NO TEXTO SAGRADO

A confiabilidade dos textos bíblicos, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, tem sido colocada sob suspeição, especialmente desde o surgimento da Crítica da Bíblia³⁷ e, no seu escopo, o avanço da Alta Crítica; esta designa um grupo específico de teorias cuja suposição é que vários livros da Bíblia não correspondem ao que se crê sobre eles (BRUCE, 1990; PACKER *apud* BG, 1999).

Pretende-se, então e em poucos exemplos, demonstrar a relação do tema com o conhecimento das línguas originais. Para isso traz alguns exemplos de supostas discrepâncias e contradições encontradas no texto bíblico que, à luz de uma interpretação feita diretamente em versões em língua portuguesa ou em qualquer outro idioma que não nos autógrafos³⁸ (manuscritos originais) disponibilizados nas respectivas línguas³⁹, poderiam ser apresentados como erros no registro sagrado.

³⁷ A Crítica da Bíblia é uma disciplina de apreciação que lida com as fontes e o uso que se faz delas, a identidade do escritor, credenciais, propósitos e o estilo e estrutura do próprio documento (PACKER *apud* BG, 1999, p. 1558).

³⁸ Termo utilizado em sentido lato.

³⁹ Esse material encontra-se publicado nas versões hebraica e grega do Antigo e Novo Testamentos, respectivamente, a Bíblia Hebraica e o Novo Testamento Grego.

Examina-se, primeiramente, a possível discrepância entre o que se encontra registrado em Êxodo 3.6 e em Mateus 22.31-32. Em Êxodo 3.6 o Senhor Deus fala a Moisés de uma sarça ardente, isto é, de um arbusto que se queimava de forma miraculosa sem se consumir: “Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque, e o Deus de Jacó”; e em Mateus 22.31-32 Jesus interpreta o texto de Êxodo 3.6 deduzindo que está implícito no evento ali narrado o fato da ressurreição: “Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó”? Ele não é Deus de mortos, mas de vivos!” (grifo nosso).

Archer (1998, p. 22, 330) explica, então, que Jesus “extrai a dedução de que Deus não se descreveria a si próprio como Deus de meros cadáveres, que enfeitassem túmulos, mas apenas de personalidades permanentemente vivas, que estivessem usufruindo a comunhão com o Pai na glória”. Ele faz isso pela simples interpretação gramatical (morfológica) do versículo 6 de Êxodo 3, em que Jesus estabelece “um contraste entre o tempo verbal utilizado na passagem, o presente (“Eu [sou] o Deus...”), [implícito na cláusula hebraica destituída de verbo], e o tempo que normalmente se esperaria que fosse usado, o pretérito (“Eu fui o Deus...”)” (ARCHER, 1998; BEALE; CARSON, 2014, p. 98).

Logo, a interpretação gramatical (morfológica) feita nas passagens colocadas sob dúvida (Êx 3.6 e Mt 22.31-32), na língua em que foram escritas, possibilita concluir que não há qualquer divergência entre os registros de Moisés e de Mateus.

O exame que se segue é de uma possível discrepância entre os fatos registrados em 2 Reis 4.21. Nessa passagem, o texto hebraico traz: “E subiu ela, e o deitou sobre a cama do homem de Deus, e fechou a porta, e saiu”. Nessa tradução direta, das versões Corrigida Fiel (2 Rs 4.21, João Ferreira de Almeida, CR, 1995) e Revista e Atualizada (2 Rs 4.21, João Ferreira de Almeida, RA, 2019), a oração representada pelo verbo sair, “[a sunamita] saiu”, aparece depois da oração que descreve o fechamento da porta sobre o filho doente deixado sobre a cama, “[a sunamita] fechou sobre ele a porta”.

Essa sequência de orações coordenadas entre si pode sugerir a um intérprete desavisado, que a sunamita, após deitar seu filho na cama e fechar a porta sobre ele, saiu pela janela ou por outro espaço aberto na parede, ou mesmo que ali tenha ocorrido algum evento sobrenatural ou algo semelhante. Porém, o intérprete conhecedor da língua hebraica tem o entendimento que são

encontrados, no Antigo Testamento hebraico, fenômenos tais como “versículos bíblicos escritos sem uma preocupação cronológica por parte do autor de mentalidade semítica,” diferente daquele de mentalidade ocidental (SAYÃO, 2003, s./p.). Isso, por certo, leva esse intérprete a reorganizar cronologicamente tais orações para, então, fazer a interpretação do evento na ordem factual.

Enfim, a interpretação gramatical (sintática) feita na passagem apresentada (2 Rs 4.21), na língua em que foi escrita, possibilitou concluir que não há qualquer desarmonia entre os fatos registrados no texto hebraico.

Examina-se, finalmente, a divergência na interpretação de um dos versículos mais populares da Bíblia, que tem sido utilizado para embasar a ideia de que pais que ensinam seus filhos a andarem no caminho do Senhor praticamente garantem que tais filhos se tornem adultos piedosos: “Ensina a criança no caminho que deve seguir, e quando for velha não se desviará dele” (Pv 22.6).

Stuart (*apud* STUART; FEE, 2008, p. 65-66) e Martin (*apud* BRUCE, 2009, p. 941) explicam que esse significado está fora de questão por razões teológicas (cada um é responsável por suas decisões, cf. Pv 29.3a; 2.2ss; Jr 31.29-34; etc.) e, principalmente, semânticas. Segundo Santos Jr. (2008, p. 19ss) e Stuart (*apud* STUART; FEE, 2008, p. 65), uma simples análise do “conjunto de sentidos das palavras” já demonstra que não há qualquer equivalente hebraico para *deve* (do verbo *dever*) do português, que a palavra hebraica *‘al-piy* significa “de acordo com” ou “proporcional a” e não “contra”, e que *dar-ko* ou *dar^eku* significa “boca de seu caminho”, o que indica que “o caminho é da criança”. Logo, *dar^eku* significa “o seu caminho” ou “o seu próprio caminho”, levando esse primeiro dístico poético à seguinte afirmação: “Ensine a criança de acordo com o seu (próprio) caminho” ou “conforme o caminho dela [da criança]”, isto é, *no* caminho da vida dela; o segundo dístico traz a partícula *kî*, “que” ou “porque” e não o advérbio de tempo “e quando”, levando à seguinte afirmação proverbial: “Ensine a criança de acordo com o seu (próprio) caminho, e mesmo quando for velho, não se desviará dele”.

Segundo Kidner (1999, p. 142) e Santos Jr. (2008, p. 19), o verbo traduzido por ensinar ou instruir é a palavra *hanak*, usado para treinar, dedicar ou consagrar um edifício, como uma casa (Dt 20.5) ou um templo (1 Rs 8.63; cf. a festa da Dedicção, Jo 10.22); e Martin (*apud* BRUCE, 2009, p. 941), com a mesma

análise semântica, afirma que isso torna essa ação dos pais uma tarefa religiosa e não um preparatório para o sucesso socioeconômico; na verdade, “Esse tipo de instrução e treinamento é a verdadeira preparação para a vida”. Além disso, a palavra hebraica traduzida por criança é *naar*, cuja possível lista de significados inclui criança, adolescente, jovem, servo e atendente, “sempre se referindo ao sexo masculino.”

Santos Jr. (2008, p. 22-23) defende a probabilidade de *naar* em 22.6 estar se referindo a um “jovem” e também ao caminho deste jovem em relação às suas próprias escolhas, do qual não se desviará ao longo da vida. O termo *sur*, desviar, não apresenta qualquer propriedade que justifique a associação do “ato de desviar com apostasia ou rebeldia contra o Cristianismo”. Desse modo, a lição que o versículo traz é que o ser humano, abandonado “à sua própria vontade egoísta quando jovem, terá as mesmas tendências egoístas como adulto” e não que, se ensinado sobre o caminho que deve seguir, entendido como caminho do Senhor, haja uma garantia de que fará o certo em sua jornada (SANTOS JR., 2008, p. 26; STUART *apud* STUART; FEE, 2008, p. 66).

Desse modo, a análise gramático-semântica feita em Provérbios 22.6 indica que há divergência na compreensão da mensagem, porém, que o exame do sentido das palavras do versículo na língua original em que foi escrito (autógrafo), possibilita a compreensão do provérbio, o que também contribui para a precisão do registro sagrado dos dois testamentos.

Em síntese, a análise gramatical (morfossintática, semântica) acima, ainda que respondendo à discussão em torno de poucos trechos denunciados como discrepantes e/ou contraditórios, contribui para evidenciar a infalibilidade das Escrituras, ou melhor, a infalibilidade das Escrituras conforme registradas nos autógrafos originais. Nas palavras de Archer (1991, p. 18), essa isenção de erros (infalibilidade) “só se reivindica necessariamente para os manuscritos originais (os autógrafos) dos livros bíblicos.” Seu argumento em favor da infalibilidade bíblica é que “Deus nunca poderia ter inspirado um autor humano das Escrituras a escrever algo errado ou falso” e, por consequência, os autógrafos são, forçosamente, isentos de todo e qualquer erro; caso contrário, não poderiam ter sido inspirados por Deus.

Contudo, não se pode afirmar ausência de imprecisões ou erros na tradução e na interpretação/pregação do texto sagrado.

3.2 OS PROBLEMAS NA TRADUÇÃO BÍBLICA

Os problemas da tradução bíblica têm sido expostos em publicações especializadas, nos púlpitos das igrejas e até mesmo nas redes sociais (SAYÃO, 2003; STUART *apud* STUART; FEE, 2008). Pretende-se, então e em poucos exemplos, esclarecer sua relação com o tema do artigo remontando ao humanista Erasmus de Rotterdam (1466-1536) que, já no século XVI, ressaltava o caráter fundamental da pesquisa nos manuscritos antigos como necessidade primária para a compreensão de textos produzidos num passado distante, entre os quais encontra-se a Bíblia. Sua maior crítica à Igreja da época⁴⁰ era ao uso da Vulgata, a tradução da Bíblia para o latim feita no século IV, que circulava com erros.

Na tradução do Novo Testamento que empreendeu para a língua holandesa, Erasmus acabou corrigindo os ‘erros’ da Vulgata” e a tradução acabou auxiliando as traduções posteriores de Martinho Lutero (1522), William Tyndale (1526) e a King James Version (1611). Sua tradução foi publicada em 1516 sob o nome *Novum Instrumentum Omne* de Desidério Erasmo, conhecida como Bíblia de Erasmo (ALAND; ALAND, 2013; PINTO, 2022).

A Bíblia de Erasmo ficou afamada como a primeira edição (*editio princeps*) do Novo Testamento⁴¹ e por conter mais erros que a denunciada Vulgata⁴². As disciplinas acadêmicas que lidam com a avaliação e uso de fontes históricas (especialmente as introduções, a codicologia e a crítica textual), dão conta do quanto a Bíblia de Erasmo continha erros, muitos dos quais apontados ao tradutor por seus contemporâneos. Porém, “O principal defeito da primeira edição do Novo Testamento Grego era, não tanto o número elevado de erros, mas o tipo de texto que aí foi apresentado⁴³.” O próprio Erasmo fez referência a esta edição

⁴⁰ Igreja Católica Apostólica Romana.

⁴¹ Sabe-se, porém, que a *Poliglota Complutense*, de Francisco Ximenes de Cisneros (1437-1517), ainda que incompleta, foi a primeira edição a ser publicada, saindo do prelo em 10 de janeiro de 1514 (ALAND; ALAND, 2013).

⁴² Suas fontes, para a sua tradução, foram manuscritos mais recentes (sécs. XII-XIII) aos quais teve acesso em Basileia, sendo um para cada grupo de escritos do Novo Testamento, ou seja, para os Evangelhos, o Apóstolos (Atos e as Epístolas Gerais), as Cartas Paulinas e o Apocalipse, fazendo correções onde entendeu necessário; o manuscrito utilizado para a tradução do livro de Apocalipse estava sem seu final (22.16-21), e Erasmo fez a tradução do latim ao grego (com vários erros). Além disso, ele alterou o texto em vários pontos tornando-o mais próximo da versão latina então conhecida (ALAND; ALAND, 2013).

⁴³ Referência aos MSS que lhe serviram de base.

chamando-a de *precipitatum verius quam editum*, isto é, “mais precipitada do que editada” (ALAND; ALAND, 2013, p. 4-5).

Além da qualidade dos manuscritos, da pressa, da falta de revisão e de um editor descomprometido com a qualidade do texto, que são, ao que parece, os problemas enfrentados pela tradução da Bíblia de Erasmus (cf. ALAND; ALAND, 2013), as traduções enfrentam, em geral, outras dificuldades⁴⁴. Uma delas e, talvez, a mais complexa, é o alinhamento das traduções com a postura teológica e confessional dos editores e da comissão de tradutores etc. (SAYÃO, 2003).

Um exemplo claro disso aparece nas diferenças encontradas nas traduções católica romana e protestante de Romanos 12.1 e Atos 26.20, em que as escolhas lexicais dos tradutores recaem sobre palavras representativas dos princípios dogmáticos de cada confissão religiosa, o que pode ser visto em uma mera comparação entre as traduções (CHAGAS, 2010; SAYÃO, 2003).

Comparação entre as traduções católica romana e protestante de Romanos 12.1:

Exorto-vos, portanto, irmãos, pelas misericórdias de Deus, a que ofereçais vossos corpos como **hóstia viva**, santa e agradável a Deus: este é o vosso culto espiritual (Rm 12.1, Bíblia de Jerusalém, 1966, ênfase nossa).

Rogo-vos, pois, irmãos, pela compaixão de Deus, que apresenteis os vossos corpos por **sacrifício vivo**, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional (Rm 12.1, João Ferreira de Almeida, RA, 1993, ênfase nossa).

Nesta comparação, a expressão *thusían zōsan* encontra-se traduzida por **hóstia viva**, na Bíblia de Jerusalém e por **sacrifício vivo**, na Revista e Atualizada de João Ferreira de Almeida. Segue-se a tradução de Atos 26.20 exemplificando a mesma questão:

[...] mas tenho pregado primeiro aos de Damasco, depois aos de Jerusalém e por toda a região da Judeia. Aos pagãos anunciei a **penitência** e a conversão para Deus por meio de **obras dignas de penitência** (At 26.20, Bíblia Vozes, 1982, ênfase nossa).

[...] mas anunciei primeiramente aos de Damasco e em Jerusalém, por toda a região da Judeia, e aos gentios, que se **arrependessem** e se convertessem a Deus, praticando **obras**

⁴⁴ Sayão (s./d.) elenca as seguintes dificuldades: a questão do texto original, a questão semântica, a questão da sintaxe e da interpretação do texto, a questão da atualização linguística, a questão do leitor-alvo e a questão da linha teológica.

dignas de arrependimento (At 20.20, Revista e Atualizada, RA, 1993, ênfase nossa).

Nesta segunda comparação a palavra *metanoein* e a expressão *aksia tēs metanoias erga* são traduzidas, respectivamente, por penitência e obras dignas de penitência, na postura católica e arrependessem e obras dignas de arrependimento, na protestante.

Parece claro que, na comparação entre as traduções apresentadas, são encontradas diferenças em termos representativos das confissões católica (hóstia viva, penitência e obras dignas de penitência) e protestante (sacrifício vivo, arrependimento e obras dignas de arrependimento), sinalizando que há um alinhamento teológico-confessional nas traduções disponibilizadas no mercado ou, pelo menos, na maioria delas (CHAGAS, 2010; SAYÃO, 2003).

Além do interesse confessional, as versões bíblicas variam também com respeito à perspectiva teológica: há versões não evangélicas ou não conservadoras, como a *New English Bible*, publicada na Inglaterra; conservadoras ou fundamentalistas, como a Versão Corrigida Fiel, publicada em língua portuguesa; bem abertas no posicionamento teológico, como a Bíblia na Linguagem de Hoje e a Nova Tradução na Linguagem de Hoje, publicadas em língua portuguesa; e há versões que representam, mais ou menos, uma visão teológica consensual, como a Almeida Atualizada e a Nova Versão Internacional (LOPES, s./d.; SAYÃO, 2003).

Enfim, se a Bíblia de Erasmus continha erros que são creditados à falta de tempo para a sua produção (tradução, revisão, escolha de um editor comprometido com a causa etc.), os exemplos demonstram que as traduções atualmente disponíveis podem trazer marcas da falta de tempo das comissões de tradutores e excesso de comprometimento teológico-confessional. Porém, o teólogo acadêmico e ministerial da atualidade pode, “não raras vezes, fazer uma tradução melhor do que outros fizeram” e a razão para isso é a que segue: “pode investir muito mais tempo trabalhando exegeticamente numa passagem do que tradutores ou comissões de tradução puderam fazer por causa da velocidade em que foram levados a trabalhar.” Outra razão, e talvez a mais interessante, ainda que não menos importante, é que esse teólogo “estará escolhendo uma tradução

mais adequada para o seu leitor em particular, em vez de para todo mundo que fala o português” (STUART *apud* STUART; FEE, 2008, p. 64)⁴⁵.

Portanto, o teólogo acadêmico ou ministerial, conhecedor das línguas originais da Bíblia, saberá e poderá fazer uma tradução mais fiel àquela dos autógrafos bíblicos representados nos vários manuscritos disponíveis conforme encontrados nas versões acadêmicas da Bíblia (Bíblia Hebraica e Novo Testamento Grego) e em outras fontes (disponíveis em museus, bibliotecas etc.). Saberá fazer uma tradução idiomática equilibrada, uma interpretação gramatical alinhada com sadios princípios de interpretação etc. e poderá, “não raras vezes, fazer uma tradução melhor do que outros fizeram” e, então, trazer mais precisão ao seu trabalho, seja ele acadêmico ou ministerial (STUART *apud* STUART; FEE, 2008, p. 64).

3.3 OS PROBLEMAS NA PREGAÇÃO BÍBLICA

Há inúmeros problemas na pregação da Palavra de Deus que, semana a semana, dia a dia, estão sendo visibilizados nos púlpitos das igrejas, nos canais de vídeo e em outras redes sociais na internet etc. Talvez sua causa maior esteja na dificuldade do pregador em vincular objetivamente sua mensagem à Palavra de Deus, trazendo pregações pragmáticas (moralistas) e doutrinariamente reducionistas (atenuadoras da responsabilidade humana ou do lugar de Deus na relação com a humanidade) (PIPER, 2019). Seja como for, pretende-se aqui, por meio de exemplos, demonstrar a relação de alguns desses erros com o desconhecimento das línguas originais da Bíblia.

A seção traz, então, alguns exemplos de discrepâncias e contradições reais ocorridas na pregação da Palavra de Deus que, de fato, são erros provindos da interpretação do texto sagrado. Seguem-se, na ordem, um exemplo da necessidade de interpretação morfológica, um da necessidade de interpretação sintática e, finalmente, um exemplo da necessidade de interpretação semântica.

Kaiser e Silva (2014, p. 51) relatam o caso de um pastor que apresentou um estudo bíblico para sua congregação, tendo como base Efésios 4 na versão King James⁴⁶. Ele leu o versículo 26: “Irai-vos, e não pequeis” e afirmou que,

⁴⁵ Mais sobre essa questão, ver Tradução da Bíblia: existe tradução perfeita?, pelo prof. Dr. Edson de Faria Francisco (2018).

⁴⁶ Essa é a mesma tradução encontrada na versão Almeida Corrigida Fiel, em português.

segundo o texto bíblico, o cristão não poderia se irar. Tal interpretação, segundo os autores, era até esperada, pois outras passagens bíblicas aparentam condenar de forma veemente a ira (p. ex., Mt 5.22); então o pregador, por uma questão de coerência bíblica, não teria como interpretar esse versículo de forma diferente.

O fato é que o pastor entendeu que o “não” se referia aos dois verbos, pecar e irar, mas essa interpretação é gramaticalmente impossível. Na língua original em que a passagem foi escrita (grego), não há a menor possibilidade de o advérbio de negação *mē*, não, se referir à palavra que lhe sucede, como é o caso no texto original; essa partícula, em qualquer de suas formas (*mē*, *ouk*, *oux*), sempre se refere à palavra seguinte a si e, no caso, ela vem depois do verbo irar e antes do verbo pecar, deixando claro, no grego, que o “não” afeta apenas o verbo pecar.

Os autores alegam que, numa reflexão mais profunda, se pode recorrer ao fato de que o próprio Deus foi retratado fazendo uso da ira (p. ex. Rm 1.18), deixando evidente que esse sentimento não é, em si mesmo, essencialmente pecaminoso. Eles concluem seu pensamento afirmando que o apóstolo Paulo quer que compreendamos que, nas circunstâncias em que a ira seja justificada, não devemos admitir que essas situações se transformem em oportunidades para o pecado.

Um segundo exemplo é dado por Carter (2014, *s./p.*). Segundo ele, um famoso pregador norte-americano pregava reiteradamente que Deus lhe havia revelado que Jesus morreria para salvar todos os seres humanos, sem exceção. Usava, como base, a passagem de Paulo a Timóteo (1 Tm 4.10) na qual o autor se refere ao trabalho e ao sofrimento que ele e os demais missionários vinham sofrendo, e apresenta o seu conforto: “a nossa esperança está no Deus vivo, Salvador *de todos* os homens, em especial dos que crêem” (ênfase nossa).

Questionado sobre aqueles que pecam deliberadamente, rejeitam a Cristo e morrem sem o devido arrependimento, o pregador citou Filipenses (2.10-11) e o fez interpretando e fazendo sua própria aplicação, segundo a qual Paulo ensina que todos reconhecerão e aceitarão a Jesus antes ou depois de morrerem: “Mesmo na vida após a morte alguns receberão a revelação de Jesus e serão inspirados pelo Espírito Santo para confessar seu senhorio” (CARTER, 2014, *s./p.*).

Porém, o argumento morfossintático⁴⁷ contraria o pregador citado. De acordo com a análise das palavras, simultaneamente em perspectiva morfológica e sintática, o sujeito “Deus vivo” é aquele no qual está a esperança daqueles que evangelizam e sofrem perseguições (oração independente); ele é, também, o Salvador cuja vontade é salvar todos os homens, em especial os que têm fé naquele que salva (oração subordinada substantiva apositiva, introduzida pelo pronome relativo “o qual”). Nesta, o Deus vivo é o Salvador de todos os homens, não no sentido de salvação universal, mas no sentido que o complemento “em especial dos que crêem” aponta para o entendimento de que a salvação oferecida pelo Salvador é para todos os que crêem.

Fee (1994, p. 122), usando o argumento contextual, acrescenta uma contribuição esclarecendo que o texto não afirma que Deus vai salvar todos os homens, sem exceção; ensina, sim, que “Deus... é o salvador de todos os homens no mesmo sentido em que Cristo se deu a si mesmo em resgate por todos (2.6). Nenhuma das sentenças afirma que todas as pessoas serão deveras salvas.”

O último exemplo de erro na pregação do evangelho é uma contribuição de Petermann (*apud* KOESSLER, 2014). Ele conta a própria experiência em uma igreja no sul da Flórida, nos Estados Unidos, onde ouviu um candidato a pastor da referida fazer seu sermão com base em Tito (3.1-2). Segundo narra, o candidato fez uma análise da expressão “ser obedientes” (v. 1), afirmando que o termo no original significa “ouvir em sujeição” e, com base nisso, passou alguns minutos trazendo conclusões acerca da necessidade de os crentes “ouvirem em sujeição”.

No final do culto, Petermann interpelou o colega de ministério, elogiando os pontos positivos de seu sermão e mencionando a diferença dos termos em grego para as traduções “ser obedientes” e “ouvir em sujeição”. Enfim, perguntou-lhe se havia lido (examinado) o texto no original bíblico e, segundo conta, o colega, atônito, lhe confessou que não. Ele havia suposto que o termo grego usado para “ser obediente” em Tito 3.1, era um e, na verdade, era outro.

É razoável essa suposição, considerando que a palavra grega usada para “ouvir em sujeição” (*hypakouō*) aparece 21 vezes no Novo Testamento e a palavra para “ser obedientes” (*peritharkhein*) aparece apenas 4 vezes. Além disso, há uma

⁴⁷ Outro argumento fortíssimo contra o pensamento do pregador em questão, é o teológico; porém, não está inserido no escopo deste artigo.

outra palavra semelhante a *hypakouō*, “ouço/ouvir”, que é *hypakoē*, “obediência”, o que pode ter levado à confusão semântica. Porém, uma leitura (exame) do texto no original teria evitado a confusão semântica (PETERMANN *apud* KOESSLER, 2014, p. 221).

Acrescenta-se que há outro fator que tem levado a essas confusões na interpretação que acabam chegando aos púlpitos, seja ele físico ou eletrônico: é o uso negligente e indiscriminado de outros autores disponíveis, isto é, sem critérios de conferência das informações e uso bem como sem avaliação crítica de sua idoneidade intelectual e teológica, abstendo-se da própria leitura e exame do texto no original.

O argumento semântico põe fim à discussão em torno do exemplo dado por Patermann. Paulo, a Tito, não utiliza o substantivo *hypakoē*, “obediência”, mas o verbo *peritharkhein*, “ser obedientes”, cujo sentido estrito é “obedecer a pessoa em autoridade” (cf. uso em At 4.29, 32, 27.21 e Tt 3.1). Portanto, esse “ser obedientes” lecionado à igreja de Creta e à igreja de todos os tempos, tem uma direção bem definida: “ser obedientes aos governantes e às autoridades [públicas]”, conforme o ensino de Paulo em outros escritos (1 Tm 2.1-2; Rm 13.1-7). Esse “ser obedientes aos governantes e às autoridades [públicas]” fica mais claro na última oração do versículo, quando Paulo lhes “recomenda que sejam imbuídos de espírito público, dispostos a cooperar para todo e qualquer esforço para o bem comum” (NUTE *apud* BRUCE, 2009, p. 2079; KELLY, 2007; VINE; UNGER; WHITE JR., 2002, 826-827).

Enfim, a análise gramático-semântica feita nesta seção, diretamente nas línguas originais em que foram escritos os textos examinados, indica que há um distanciamento (in)voluntário do pregador da Palavra de Deus para com a própria Palavra; que esse distanciamento tem origem em fatores relevantes da hermenêutica bíblica, que são a distância temporal, cultural e linguística entre o pregador e o registro que ele pretende interpretar; e que o fator distância linguística só pode ser resolvido com uma interpretação textual feita diretamente na língua em que o texto foi escrito (conforme se verificou, acima, na discussão sobre as diferenças reais nas traduções das línguas originais da Bíblia).

Em conclusão, a precisão bíblico-teológica, ou fidelidade à Palavra de Deus em todos os pontos de manejo (tradução, interpretação e pregação) dessa Palavra, tem lá suas dificuldades para ser atingida. O exame de passagens

selecionadas, em suas respectivas línguas originais, demonstrou vulnerabilidades na tradução e, como fruto da interpretação, na pregação bíblica; porém, não na produção do texto bíblico em seus autógrafos. Demonstrou, também, que os estudos gramaticais e semânticos, de palavras, frases, orações e períodos, feitos diretamente nas línguas originais, como idiomas condutores de traços peculiares dos respectivos povos que são, pode trazer respostas a muitas interpretações duvidosas, discrepantes e, às vezes, claramente erradas.

Não é à toa que eruditos do passado, especialmente aqueles que fizeram a Reforma do século XVI acontecer, reintroduziram as línguas originais no labor exegético. Examinar a Bíblia nas línguas originais concorre para a prevenção contra erros na interpretação, como os indicados acima; e mais: capacita pastores e outras lideranças que manejam a Palavra de Deus a participarem da atividade exegética e, portanto, da interpretação bíblica com mais habilidade e segurança; possibilita avanços na interpretação de passagens bíblicas como a percepção de questões significativas e até mesmo a integração de conceitos gerais que, muitas vezes, dependem do que e de como é expresso nas línguas originais; enfim, leva a igreja de volta às raízes da fé bíblica (JOHNSON *apud* HARMAN, 1991).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa reitera as observações críticas de Erasmus de Rotterdam que interpõem a necessidade de se recorrer aos manuscritos antigos para uma compreensão correta do sentido autoral de textos produzidos num passado remoto em termos temporal, cultural, social e linguístico. A formação e o desenvolvimento de cada uma destas línguas (hebraica, aramaica e grega) e suas complexidades, a essência emanada de seus vocábulos introduzíveis (gênio da língua) e as peculiaridades de sua gramática (morfossintaxe e semântica), que não podem ser reproduzidos nas traduções para o vernáculo são, claramente, a razão de ser por excelência de uma opção declarada e definida pelo ensino e o exame consistente do texto bíblico nas línguas originais em qualquer situação acadêmica ou ministerial de manejo das Escrituras.

Isso amplia um pouco a discussão na direção das indicações da exegese histórico-gramatical, segundo a qual é necessário ter em mente que as aparentes discrepâncias e contradições identificadas na Bíblia podem ser esclarecidas com

uma análise mais profunda, considerando o contexto linguístico (morfossintaxe e semântica), além do histórico-cultural (COELHO, 2021; STUART; FEE, 2008).

Archer (1998, p. 16), inclusive, alimenta a necessidade de conhecimento das línguas originais na medida em que ensina: “Estude cuidadosamente o contexto e a estrutura verbal do versículo ou da passagem em que o problema se encontra”, e “Lembre-se de que nenhuma interpretação das Escrituras é válida se não se basear numa exegese cuidadosa, a saber, no compromisso sincero de conhecer com exatidão o que o autor da antiguidade quis dizer com as palavras que usou.”

Essas coisas se realizam mediante o estudo cuidadoso das palavras-chave, conforme definidas pelos dicionários exegéticos (hebraico, aramaico e grego), e usadas em textos paralelos. Pesquisa do sentido específico dessas palavras e expressões idiomáticas que aparecem em outras partes da Bíblia também contribuem para a resposta ao problema levantado. Enfim, a interpretação de passagens difíceis (discrepantes, contraditórias) ou não difíceis (aparentemente claras, evidentes, na língua receptora) exige um procedimento que abrange a exclusão de falácias de posição apriorística e a adoção de práticas que incluem o estudo dos contextos linguístico (morfossintaxe e semântica) e histórico (literário, social e cultural) (ARCHER, 1998).

Inclui, portanto, o conhecimento e/ou estudo das línguas originais nas quais as passagens bíblicas tenham sido escritas. A hebraica (sécs. XII-II a. C.), a aramaica (sécs. X-IV a. C.) e a grega koiné (sécs. III a. C.-I d. C.) são línguas que, além do desenvolvimento e modificações naturais pelos quais passaram ao longo de sua história e uso bíblico, chegaram até o século XXI na mesma estrutura gramatical (morfossintática) e na mesma semântica de quando foram utilizadas para o público original ao qual o autor bíblico destinou seus escritos. Isso implica em que o teólogo acadêmico e/ou ministerial tem o dever de conhecê-las para ter como interpretar o texto bíblico nelas registrado.

Razões funcionais (discrepâncias possíveis na tradução, denunciadas no registro bíblico na língua receptora, e reais, na pregação) foram apresentadas como argumentos a justificarem a tese de que é necessário trazer de volta o estudo das línguas originais para os campos acadêmico e ministerial do mundo cristão; que é necessário materializar, nas práticas de interpretação e pregação contemporâneas, o lema dos humanistas do século XVI: *ad fontes!*

De fato, a visão que favorece a necessidade do conhecimento das línguas bíblicas para uma interpretação correta, permanece a pedra angular na história do Cristianismo e seu valor é acentuado, neste texto, por meio de sua ausência. Teólogos acadêmicos e ministeriais, sejam eles teólogos profissionais, professores, estudantes, pastores, pregadores e demais estudiosos da Palavra de Deus não podem depender só do estudo superficial das Escrituras. A busca pela fidelidade à Palavra de Deus revelada nas Escrituras passa por um retorno às fontes (originais da Bíblia) por meio do estudo das línguas originais.

De outro lado, adverte-se que trabalhadores da teologia, tenham eles alcançado um patamar mais elevado ou sejam aspirantes no conhecimento das línguas originais, devem assumir a sua responsabilidade como formadores de opinião e atuarem como influenciadores do estudo aprofundado das Escrituras em suas comunidades; isso inclui, antes de tudo, o entendimento de que a Palavra de Deus é a sua revelação e que seu Espírito ilumina o entendimento dos crentes segundo o seu propósito, para o desvendar dessa Palavra.

Enfim, esse artigo não propõe que o conhecimento das línguas bíblicas garante uma teologia bem feita e, conseqüentemente, uma pregação bem-feita, correta, impecável do ponto de vista da fidelidade ao texto bíblico; propõe, outrossim, que um fazer teológico e uma homilética satisfatórios começam com uma exegese satisfatória do texto bíblico, o que se faz a partir do texto original. Isso implica em conhecimento das línguas originais da Bíblia, sua gramática e semântica.

Não propõe que todos os cristãos devem conhecer as línguas originais da Bíblia para a sua leitura devocional; propõe, outrossim, que um teólogo acadêmico ou ministerial satisfatório no exame do texto bíblico para o sermão ou mesmo um autor sobre o texto bíblico, no formato de um artigo, um livro etc., começa a preparação de seu sermão ou a produção de seu texto com estudos a partir do texto original da Bíblia. Isso implica em, se não no domínio dessas línguas, pelo menos no empenho no acesso e domínio das ferramentas linguísticas disponíveis no mercado que lhe darão um suporte razoável.

A proposta final é que o afastamento, consciente ou inconsciente, dos textos originais na interpretação da Bíblia seja revisto. É necessário que escolas de Teologia e igrejas revejam suas práticas em relação ao manejo correto da Palavra de Deus. É necessário que instituições mantenedoras e lideranças

denominacionais revejam suas políticas educacionais e eclesiais em relação aos fundamentos filosóficos e educacionais de sua própria existência e expansão. Isso implica em esforço sincero e humilde em favor de um retorno às práticas interpretativas e homiléticas da Reforma. Isso implica, mais especificamente, em um retorno às fontes. *Ad fontes!*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAND, Kurt; ALAND, Barbara. **O texto do Novo Testamento**: introdução às edições científicas do Novo Testamento Grego bem como à teoria e prática da moderna crítica textual. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

AQUINO, João Paulo Thomaz. Para que estudar grego. **Isso é grego**, São Paulo, 14 jul. 2012. Disponível em: <<https://issoegrego.com.br/para-que-estudar-grego/>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ARCHER JR., Gleason L. **Enciclopédia de dificuldades bíblicas**. São Paulo: Vida, 1998.

ARCHER JR., Gleason L. **Merece confiança o Antigo Testamento?** São Paulo: Vida Nova, 1991.

BAILLY, Anatole. **Dictionnaire Grec-Français**. Ed. Revista par L. Séchan e Chantraine. Paris: Hachette, 2000.

BEALE, G. K.; CARSON, Donald A. **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulinas, 1966.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada. 2ª. ed. Barueri: SBB, 1993.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada (Nova Almeida Atualizada). 3ª. ed. Barueri: SBB, 2019.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução João Ferreira de Almeida. Revista e Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana, 1995.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Vozes**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRUCE, Frederick F. A Bíblia. In: COMFORT, Philip Wesley (ed.). **A origem da Bíblia**. Rio: CPAD, 1998. p. 13-23.

BRUCE, Frederick F. **Merece confiança o Novo Testamento?** São Paulo: Vida Nova, 1990.

CAIRNS, Earle Edwin. **O Cristianismo através dos séculos**: uma história da igreja cristão. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

CARTER, Anthony. Interpretar a Bíblia errado pode levá-lo ao inferno. **Voltemos ao Evangelho**, São Paulo, 28 jul. 2014. Disponível em: < <https://voltemosaoevangelho.com/blog/2014/07/interpretar-a-biblia-errado-pode-leva-lo-ao-inferno/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CHAGAS, Homero Schwammlein das. **Domínio discursivo e doutrinas religiosas em traduções da Bíblia para a língua portuguesa**: mapeamento linguístico-discursivo no livro de Lucas (Novo Testamento). 78 f. Orientadora: Elisa Guimarães Pinto. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010. Disponível em: < <https://adelfa-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/fab7022b-2d9a-4d6f-bfa3-599966475bd9/content>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COELHO, Lázara Divina. **Aplicação do Método Histórico-Gramatical a Lucas 4,16-21**. Orientador: Valmor da Silva. 2021. 176 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: < <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4806>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

FEE, Gordon D. **Novo comentário bíblico contemporâneo**: 1 e 2 Timóteo, Tito. São Paulo: Vida, 1994.

FISCHER, Steven Roger. **História da escrita**. São Paulo: UNESP, 2009.

FISCHER, Alexander Achilles. **O texto do Antigo Testamento**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

FRANCISCO, Edson de Faria. Língua Hebraica: aspectos históricos e características. **Estudos da Religião**, 21, XV, p. 165-195, 2010. Disponível em: < https://www.academia.edu/3324909/Lingua_Hebraica_Aspectos_Historicos_e_Caracteristicas>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FRANCISCO, Edson de Faria. Tradução da Bíblia: existe tradução perfeita? **Teosfera**, São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://youtu.be/4AKA6uhP6C4?si=oGxv5ftV-NJ3X4w> >. Acesso em: 31 jan. 2024.

GRENZ, Stanley J.; OLSON, Roger F. **Iniciação à Teologia**: um convite ao estudo acerca de deus e de sua relação com o ser humano. 2ª. ed. São Paulo: Vida, 2006.

HAYES, H.; MILLER, J. M. **Israelite and Judaeon History**. Philadelphia: Trinity Press International, 1990.

HARMAN, Allan M. The Place of Biblical Languages in the Theological Curriculum. **The Reformed Theological Review**, Australia, v. 50, n. 3, p. 91-97, set./dez. 1991.

HORTA, Guida Nedda Barata Parreiras. Helenismo e Cristianismo. **Calíope**, Rio de Janeiro, nº 7, p. 81-93, jul.-dez., 1988.

KAISER, Walter C.; SILVA, Moisés. **Introdução à hermenêutica bíblica**. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

KELLY, John Norman Davidson. **I e II Timóteo e Tito**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2007.

LOPES, Augustus Nicodemus. Qual a melhor tradução da Bíblia? **Curso Fiel de Liderança**, 2021. Vídeo. Disponível em: <<https://youtu.be/SwBWTSO3LYo?si=zOXTOYJz--reNfzC>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NEEDHAM, Nicholas R. A century of change. **Tabletalk**, oct. 2016. Disponível em: < <https://tabletalkmagazine.com/article/2016/10/century-change/> >. Acesso em: 14 out. 2024.

NUTE, Alan G. Cartas pastorais. *In*: BRUCE, Frederick F. **Comentário bíblico NVI**: Antigo e Novo Testamentos. São Paulo: Vida, 2009. p. 2078-2079.

OLIVEIRA, Luciene de Lima. A importância do conhecimento da língua grega e seu ensino nas instituições teológicas. **Principia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 20, p. 91-98, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/principia/article/view/7829>>. Acesso em 26 out. 2023.

OLIVEIRA, Luciene de Lima. **Estilística retórica & 'estrangeirismos' na Koiné Neotestamentária**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, s./d.

PACKER, James I. A alta crítica. *In*: Bíblia. Português. **Bíblia de Estudo de Genebra**. São Paulo; Barueri: Cultura Cristã; Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. p. 1558-1559.

PETERMAN, Gerald W. O uso e abuso do grego na pregação. *In*: KOESSLER, John (Ed. Ger.). **Manual de pregação**. São Paulo: Vida Nova, 2010. p. 213-225.

PINTO, Ênio Caldeira. A Bíblia e a Reforma. **Faculdade Teológica Sul Americana**, Londrina, 28 out. 2022. Disponível em: <<https://ftsa.edu.br/a-biblia-e-a-reforma-protestante/>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

PIPER, John. Dois erros comuns que pregadores cometem: procurando a realidade nos sermões. **Voltemos ao Evangelho**, São Paulo, 12 dez. 2019. Disponível em: < <https://voltemosaoevangelho.com/blog/2019/12/dois-erros-comuns-que-pregadores-cometem/> >. Acesso em: 31 jan. 2024.

RABIN, Chaim. **Pequena história da língua hebraica**. São Paulo: Summus, s./d.

REGA, Stelio Lourenço; BERGMANN, Johannes. **Noções do Grego Bíblico**: gramática fundamental. São Paulo: Editora Vida Nova, 2014.

SÁENZ-BADILLOS, Angel. **A History of the Hebrew Language.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SANTOS JR., Daniel. A proposta pedagógica de Provérbios 22.6. **Fides Reformata**, São Paulo, Ano XIII, n. 1, p. 9-29, 2008. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/fileadmin/user_upload/1-A-proposta-pedag%C3%B3gica-de-prov%C3%A9rbios-22.6-Daniel-Santos-Jr.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAYÃO, Luiz Alberto Teixeira. **NVI: a Bíblia do século 21.** 2ª. ed. São Paulo: Vida, 2003.

SAYÃO, Luiz Alberto Teixeira. Questões fundamentais na tradução da Bíblia. **Faculdade Teológica Batista de São Paulo**, São Paulo, s./d. Disponível em: <<https://www.teologica.br/blog/133-questoes-fundamentais-da-traducao-da-biblia>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SOUZA, Marcos Antônio de. **O Dicionário de hebraico bíblico de Brown, Driver e Briggs (BDB) como modelo de sistema lexical bilíngue – um estudo da lexicografia hebraica bíblica moderna.** Orientador: Philippe Humblé. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

STUART, Douglas; FEE, Douglas D. **Manual de exegese bíblica: Antigo e Novo Testamentos.** São Paulo: Vida Nova, 2008.

TAYLOR, Richard S.; HARPER, A. F.; NICHOLSON, S. Roy; FUHRMAN, Eldon R.; BLANEY, Harvey J.S.; ROSE, Delbert R.; EARLE, Ralph. **Comentário bíblico Beacon.** Rio: CPAD, 2006.

VINE, W. E.; UNGER, Merrill F.; WHITE JR., William. **Dicionário Vine: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento.** Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

WALLACE, Daniel B. **Gramática Grega: uma sintaxe exegética do Novo Testamento.** São Paulo: Editora Batista Regular do Brasil, 2009.

VOX FAIFAE

REVISTA DE TEOLOGIA DA FACULDADE FASSEB

